

Publicação Mensal

2017

nº 8

Agosto

ano

33

ISSN 1981-5522

BDA

Boletim de Direito Administrativo

NDJ

NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS PREVISTAS NOS ARTS. 150, INC. VI, LETRA C, E 195, § 7º, DA CF SÃO CLÁUSULAS PÉTREAS POR FORÇA DO ART. 60, § 4º, INC. IV, DA LEI SUPREMA. O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 287/2016 NÃO OBJETIVA ALTERAR O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL, E SE ALGUMA EMENDA INTENTAR ATINGI-LO, SERÁ INCONSTITUCIONAL – PARECER (Ives Gandra da Silva Martins) **701**

REVISITANDO A INTERRUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS FACE AO INADIMPLEMENTO DO USUFRUIDOR E O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS (Rafael José Nadim de Lazari; Ricardo Bispo Razaboni Junior) **712**

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS (Wilson Roberto Mateus) **722**

O ATRASO DOLOSO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS COMO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Marcelo Santiago de Moraes Afonso; Renato Saeger Magalhães Costa) **737**

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – Parque nacional – Ampliação de perímetro – Consulta pública – Alegada não participação efetiva da população – Não cabimento – Interessados tiveram ciência prévia da matéria que seria debatida, estiveram presentes no dia e na hora divulgados e se manifestaram quanto aos termos da proposta – Observância do art. 22, §§ 2º e 6º, da Lei nº 9.985/2000 e do art. 5º, §§ 1º e 2º, do Dec. nº 4.340/2002 – Ausência de prejuízo – Aplicação de multa (STF) **741**

UNIVERSIDADE FEDERAL – Acessibilidade às pessoas com necessidades especiais – Ação civil pública – Ministério Público Federal – Ajuizamento de demanda para obrigar a instituição a iniciar obras de adaptação em suas edificações – Existência de interesse de agir – Fixação por inquérito civil público de prazo para o encerramento das obras – Não cumprimento – Alegada incidência da cláusula da reserva do possível – Inadmissibilidade – Direito essencial incluso no conceito de mínimo existencial – Possibilidade de interferência do Poder Judiciário – Interpretação e aplicação da delimitação constitucional e legal dos poderes e deveres do administrador (STJ) **745**

SERVIDOR PÚBLICO – Penalidade administrativa – Pretensa nulidade da sanção de advertência escrita – Alegado excesso de prazo para conclusão da sindicância, que durou mais de dois anos – Ausência

de prejuízo à ampla defesa e ao contraditório – Suposta violação do princípio *non reformatio in pejus*, visto que, anteriormente ao recurso administrativo interposto, havia sido aplicada advertência verbal – Não ocorrência – Adequação da pena à conduta do agente – Omissão na conferência de microcomputadores adquiridos por meio de pregão – Ausência de zelo com o bem público pela não checagem dos equipamentos recebidos – Controle jurisdicional das sanções administrativas restrito à aferição da legalidade e da regularidade do procedimento – Compatibilidade com a legislação estadual – Inexistência de dano moral – Dever legal de controle e disciplina pela Administração Pública das atividades de seus serventuários (TJES) **752**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Enriquecimento ilícito – Não caracterização – Policial militar rodoviário – Alegada evolução patrimonial incompatível com a renda – Constatação de endividamento escalonado e descontrolado, com alugueres vencidos e dívidas de toda ordem – “Sinais exteriores de riqueza” e “estilo de vida suntuoso” aferidos com base em fotografias postadas em redes sociais – Impropriedade, por serem meios reconhecidamente frágeis e fantasiosos – Suposta “triangularização” com patrimônio em nome da mulher e sonegação de renda à Receita Federal – Não ocorrência (TJPR) **764**

POLÍCIA MILITAR – Concurso público – Exame antropométrico – Candidato reprovado em reavaliação sob alegação de apresentar obesidade – Exigência de requisitos físicos em edital do certame que não se mostra desarrazoada, tendo em vista a atividade a ser exercida – Hipótese, entretanto, em que não havia previsão da repetição de qualquer das etapas do processo seletivo, tendo em vista o caráter eliminatório da fase – Inovação afrontosa aos princípios da legalidade, da impessoalidade e da isonomia – Admissão do demandante no curso de formação (TJRJ) **770**

UNIVERSIDADE ESTADUAL – Processo seletivo de ingresso no programa de pós-graduação – Desconsideração da atividade de iniciação científica e com bolsa, prevista no edital para efeito de atribuição de pontos, realizada perante a própria instituição, com emissão do competente certificado – Documentos comprobatórios apresentados no prazo estipulado – Reclassificação do candidato – Ingresso no mestrado (TJSP) **774**

ABERTURA DE CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS – Insuficiência de dotação que potencialmente pode acarretar a descontinuidade dos serviços públicos essenciais – Prestação jurisdicional e outros direitos fundamentais que devem ser obrigatoriamente assegurados pelo Estado – Possibilidade – Interpretação do art. 62, § 1º, inc. I, al. d, c/c o art. 167, § 3º, da CF (TCU) **779**